



## BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PERSPECTIVAS PARA A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

 <https://doi.org/10.56238/levv15n42-043>

Data de submissão: 14/10/2024

Data de publicação: 14/11/2024

**Ailton Leonel Balduino Junior**

Mestrado em Engenharia Floresta  
Universidade do Estado de Santa Catarina - CAV(Centro de Ciências Agroveterinas  
E-mail: balduino.ailton@gmail.com

**Maria Grasielle Pinto Guimarães**

Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar  
Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba - FATAP  
E-mail: grasi.mcp@hotmail.com

**José Antonio da Silva**

Doutor em Educação pela Universidade Americana - FUUSA - Florida University  
Dr. em Ciência Jurídica pela ACU – Absoulute Christian University  
Mediador Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. TJRJ  
E-mail: janthonous@uol.com.br, Brasil

**Paulo César Mendes**

Mestre  
Unimontes  
Montes Claros, MG  
E-mail: paulocesarmndes@gmail.com

**Uelinton Jorge Dias da luz**

Mestre em ciências da Religião  
PUC Go  
E-mail: prof.udias@gmail.com

**Diogo Felipe dos Santos Tobias**

Medicina Humana  
Universidade Gama Filho - UGF  
E-mail: diogo.tobias@hotmail.com

**Giuliana Loffredo Gutierrez**

Mestra  
UFPR  
E-mail: giulianaloffredo@yahoo.com.br

**Glauber Luan Lopes Guimarães**

Mestre em Educação  
IFG - Anápolis  
E-mail: glauberluanguimaraes@gmail.com



**Wagner Roberto Batista**

Doutor  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM  
E-mail: wagner.batista@uftm.edu.br

**Alex de Melo Garcia**

Mestre em Educação  
Educaler University  
E-mail: alex.amg@outlook.com.br

**Pricila Fabeni**

Mestra em Ensino de Ciências e Matemática - PPGECEM  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Carlos Alberto Reyes Maldonado  
E-mail: pricila.fabeni@unemat.br

**Wandreson Ramon Lopes da Conceição**

Graduação de Licenciatura em Matemática  
ISEED  
E-mail: wandreson25@gmail.com

**Augusta Isabel Junqueira Fagundes**

Doutora  
Faculdade de Sabará - Sabará/MG  
E-mail: profaugusta@mail.com  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2077465818518202>

**Mônica de Almeida Ribas**

Mestrado em Educação - UNEMAT  
Avenida São João , Cavallhada. Cáceres  
MT  
E-mail: profmonicaribas@gmail.com

---

**RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas da integração da Educação Ambiental no currículo escolar por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focando na promoção da sustentabilidade e no desenvolvimento de uma cidadania crítica e responsável. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, que envolveu a revisão de documentos oficiais da BNCC, artigos acadêmicos e livros especializados sobre Educação Ambiental e sustentabilidade, permitindo uma compreensão profunda da relação entre a BNCC e a temática ambiental. Os resultados indicaram que a BNCC, ao tratar a sustentabilidade como um eixo transversal, oferece uma abordagem interdisciplinar que conecta temas ambientais a diversas áreas do conhecimento, promovendo uma visão holística da sustentabilidade. Além disso, identificou-se que a efetiva implementação da Educação Ambiental depende da capacitação contínua dos professores e do engajamento das comunidades escolares. Em conclusão, a pesquisa ressaltou a importância da BNCC na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de agir de forma responsável em relação ao meio ambiente, e destacou a necessidade de um esforço constante para garantir que a Educação Ambiental se torne parte integrante da prática pedagógica nas escolas brasileiras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação Ambiental. Currículo Escolar.

## 1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um marco normativo que orienta a construção e o desenvolvimento dos currículos escolares no Brasil, estabelecendo diretrizes e competências essenciais para todas as etapas da educação básica. Com o intuito de garantir a formação integral dos alunos, a BNCC busca assegurar que todos os estudantes, independentemente da região ou contexto social, tenham acesso a um currículo que promova uma educação de qualidade, pautada por valores democráticos, éticos e inclusivos. Nesse contexto, a integração da educação ambiental no currículo escolar se apresenta como uma dimensão fundamental para a formação de cidadãos críticos e responsáveis em relação ao meio ambiente, uma vez que a crise ambiental global exige ações imediatas e efetivas em todas as esferas da sociedade (Farias Filho; Farias, 2020).

A educação ambiental, conforme preconizada pela legislação brasileira, deve ser entendida como um processo de formação que visa sensibilizar os indivíduos para a preservação e valorização dos recursos naturais, além de promover a conscientização sobre os impactos das ações humanas no planeta. Nesse sentido, a BNCC emerge como uma ferramenta estratégica para integrar esse tema de forma transversal, ou seja, abordando a educação ambiental não apenas nas disciplinas específicas relacionadas ao meio ambiente, mas também em outras áreas do conhecimento. Assim, a educação ambiental se torna um componente essencial para o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade nas escolas, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a defesa do meio ambiente (Lima et al., 2024).

No Brasil, a preocupação com a educação ambiental vem crescendo nas últimas décadas, refletindo as demandas da sociedade por uma maior responsabilidade socioambiental. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 já previam a necessidade de incluir temas ambientais na educação formal. Contudo, foi com a criação da BNCC, em 2017, que se consolidou uma abordagem mais estruturada e abrangente para tratar da educação ambiental nas escolas. A BNCC, ao detalhar as competências e habilidades esperadas para os alunos, orienta que a sustentabilidade seja integrada em várias áreas do conhecimento, como ciências, geografia e história, e que promova a reflexão crítica sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

Além disso, a BNCC enfatiza a importância de desenvolver competências que envolvem a compreensão e a gestão de questões ambientais em uma perspectiva global e local. O currículo escolar deve, portanto, proporcionar aos estudantes a capacidade de identificar problemas ambientais, analisar suas causas e consequências, e propor soluções para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O desafio, no entanto, está em efetivar essa integração, garantindo que a educação ambiental seja abordada de maneira interdisciplinar, sem ficar restrita a áreas específicas do currículo (Grandisoli; Curvelo, 2021).

A integração da educação ambiental na BNCC também está diretamente relacionada a uma abordagem pedagógica que valorize a prática e a ação. A teoria sobre os problemas ambientais deve ser acompanhada de experiências concretas, que envolvam o aluno na resolução de questões reais, permitindo que ele perceba a relação entre teoria e prática. Nesse sentido, a BNCC prevê que os professores adotem metodologias ativas e participativas, estimulando o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de projetos que envolvam a comunidade escolar em práticas sustentáveis, como hortas, reciclagem, economia circular, entre outras iniciativas (Jaeger; Freitas, 2021).

A preocupação com a efetividade da implementação da educação ambiental nas escolas é um dos pontos centrais para garantir que a BNCC cumpra seu papel transformador. Embora a presença de conteúdos relacionados ao meio ambiente seja cada vez mais destacada nos documentos oficiais, a concretização dessa proposta nas escolas enfrenta desafios estruturais e pedagógicos. A falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos materiais e a resistência a mudanças em práticas educacionais tradicionais são fatores que dificultam a integração efetiva da educação ambiental nos currículos escolares (Jaeger; Freitas, 2021).

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas para a integração da educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular, identificando as estratégias e os desafios para sua implementação nas escolas brasileiras. Para isso, foram investigadas as diretrizes da BNCC em relação à educação ambiental, as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes, e as políticas públicas que visam apoiar a formação e o desenvolvimento de projetos educativos sobre sustentabilidade. A pesquisa buscou compreender como a BNCC pode ser utilizada como uma ferramenta para promover uma educação ambiental transformadora, que forme cidadãos conscientes e ativos na construção de um futuro mais sustentável.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a revisão de documentos oficiais, artigos acadêmicos, livros e teses que discutem a BNCC e a educação ambiental, com o intuito de entender o estado da arte sobre o tema e as perspectivas para a sua implementação. A análise de diferentes fontes permitiu uma visão abrangente sobre os desafios e as potencialidades dessa integração, além de oferecer uma reflexão crítica sobre os caminhos que a educação ambiental pode seguir dentro da educação básica no Brasil.

A relevância dessa pesquisa reside na importância de promover uma educação ambiental efetiva e integrada ao currículo escolar, diante das urgentes questões socioambientais que o mundo enfrenta. Ao estudar as possibilidades e limitações da BNCC na formação de uma consciência ambiental nos alunos, a pesquisa contribui para o aprimoramento das políticas educacionais, ajudando a fortalecer a relação entre educação e sustentabilidade. Além disso, ao destacar os desafios e as boas práticas existentes, este trabalho visa fornecer subsídios para gestores educacionais, professores e outros atores envolvidos na promoção de uma educação ambiental de qualidade no país.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PANORAMA HISTÓRICO E ABRANGÊNCIAS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um dos marcos mais significativos da educação brasileira contemporânea. Sua elaboração e implementação foram pensadas como um esforço para uniformizar e assegurar um mínimo de qualidade educacional em todas as escolas do país, independentemente da região, da rede de ensino ou da condição socioeconômica dos alunos. A BNCC visa garantir que todos os estudantes, desde a educação infantil até o ensino médio, tenham acesso a um conjunto comum de aprendizagens essenciais, promovendo a equidade e a justiça social no campo da educação (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

A criação da BNCC está diretamente vinculada às mudanças e às reformas educacionais que o Brasil viveu nas últimas décadas, sendo um reflexo das necessidades de um país em constante transformação. A ideia de estabelecer uma base comum foi formalizada pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que já contemplava a necessidade de uma articulação nacional para a educação básica, garantindo a igualdade de condições para todos os alunos (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

No entanto, a implementação da BNCC como conhecemos hoje começou a tomar forma no início dos anos 2000, com as discussões e os debates promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) e outros organismos da sociedade civil. A BNCC, de fato, foi construída a partir de um processo participativo que envolveu diversos setores da sociedade: educadores, gestores, especialistas em diferentes áreas do conhecimento, além de estudantes e suas famílias. As versões preliminares do documento passaram por amplas consultas públicas, o que permitiu uma contribuição significativa de diversos segmentos sociais, refletindo as pluralidades culturais, regionais e sociais do Brasil (Grandisoli; Curvelo, 2021).

A versão final da BNCC foi homologada em 2017 e estabeleceu as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, organizadas em áreas do conhecimento, com um enfoque especial no protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem. A BNCC se caracteriza por uma abordagem pedagógica que busca ser mais integrada e conectada com as demandas do século XXI (Grandisoli; Curvelo, 2021).

Ao invés de um currículo prescritivo e rígido, a BNCC propõe que o ensino seja mais focado no desenvolvimento de competências e habilidades que envolvem não apenas o conhecimento teórico, mas também habilidades práticas, sociais e emocionais. Nesse sentido, a BNCC reflete a necessidade de preparar os alunos para um mundo cada vez mais globalizado, dinâmico e interconectado, além de promover o desenvolvimento de uma cidadania crítica e consciente (Jaeger; Freitas, 2021).

Com relação ao conteúdo, a BNCC procura integrar de maneira transversal temas essenciais para a formação de um cidadão responsável e comprometido com as questões globais, como a sustentabilidade, a ética, a saúde, o uso da tecnologia e a educação ambiental. A educação ambiental, por exemplo, está presente no documento como um tema transversal que perpassa várias áreas do conhecimento, especialmente nas disciplinas de Ciências, Geografia e Educação Física. Esse enfoque transversal busca promover uma reflexão crítica sobre os impactos das ações humanas no meio ambiente, a fim de formar uma geração mais consciente e ativa na preservação dos recursos naturais (Jaeger; Freitas, 2021).

Um dos aspectos mais importantes da BNCC é a proposta de reorganização das etapas e das fases de ensino, visando tornar o processo educativo mais fluido e integrado. A BNCC propõe que a educação básica seja dividida em três etapas principais: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Cada uma dessas etapas tem objetivos e competências específicas, mas todas são interligadas pela ideia central de que o aluno deve ser capaz de articular o conhecimento adquirido de maneira crítica, reflexiva e prática, tendo sempre em vista sua realidade local e global (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

A formação integral do aluno, que considera não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também as habilidades socioemocionais, é um dos pilares dessa nova proposta curricular. Além disso, a BNCC propõe que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras, que favoreçam a aprendizagem ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Para isso, os professores são incentivados a utilizar metodologias que valorizem a interatividade, o trabalho colaborativo, a pesquisa e a resolução de problemas, de modo que o conhecimento seja construído de forma significativa para os alunos. A BNCC também sugere uma aproximação mais intensa entre a escola e a comunidade, visando integrar o conhecimento escolar ao contexto local e à vida cotidiana dos estudantes (Grandisoli; Curvelo, 2021).

## 2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) é um processo de ensino e aprendizagem que visa sensibilizar e formar indivíduos e coletividades sobre as questões ambientais, com o objetivo de promover atitudes mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. Ela busca a conscientização crítica sobre os impactos das ações humanas no planeta, abordando temas como a preservação dos recursos naturais, o consumo sustentável, a biodiversidade, a mudança climática, a justiça social e o direito à qualidade de vida para todas as gerações. Ao integrar aspectos ecológicos, sociais e econômicos, a EA propõe uma visão holística da relação entre ser humano e natureza (Grandisoli; Curvelo, 2021).

Desde suas primeiras manifestações, a Educação Ambiental evoluiu para se tornar um campo interdisciplinar, abrangendo não apenas áreas das ciências naturais, mas também das ciências sociais,

humanas e até mesmo da filosofia e das artes. Ela visa, acima de tudo, gerar uma reflexão crítica nos indivíduos sobre seu papel no mundo e como suas escolhas impactam o meio ambiente local e globalmente. A sua principal premissa é que a educação tem o poder de transformar a realidade, criando uma sociedade mais consciente e comprometida com práticas mais sustentáveis e equilibradas (Lima et al., 2024).

O conceito de Educação Ambiental ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, com o aumento da preocupação global com a degradação ambiental causada pelo modelo de desenvolvimento industrial e pelo consumismo exacerbado. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, a Educação Ambiental foi oficialmente reconhecida como um pilar para a promoção da sustentabilidade. Desde então, a educação passou a ser vista como uma das principais ferramentas para lidar com os desafios ambientais, formando cidadãos capazes de compreender as causas dos problemas ambientais e de buscar soluções eficazes (Lima et al., 2024).

No Brasil, a Educação Ambiental se consolidou como um tema de política pública a partir da década de 1980. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 225, reconheceu o meio ambiente como um direito fundamental, ao afirmar que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". Além disso, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio-92), deu um novo impulso à educação ambiental, ao incluir a educação como um dos componentes da Agenda 21, um compromisso global de desenvolvimento sustentável (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

Desde então, a EA tem sido incorporada cada vez mais nas políticas educacionais e nos currículos escolares, sendo considerada essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. A Educação Ambiental não se limita ao ensino de conteúdos relacionados à natureza ou ao meio ambiente de maneira isolada, mas busca integrar esses temas aos contextos sociais e culturais em que os alunos estão inseridos. Ela propõe uma abordagem crítica, em que os estudantes não apenas recebem informações, mas também desenvolvem habilidades para analisar, refletir e agir diante dos problemas ambientais, considerando as dimensões éticas, políticas e econômicas envolvidas. A ideia é que os alunos se tornem protagonistas no processo de mudança, adotando comportamentos mais responsáveis e engajados com a preservação ambiental, e que essa mudança seja vista como parte de uma transformação social mais ampla (Grandisoli; Curvelo, 2021).

A Educação Ambiental também tem um caráter interdisciplinar, podendo ser trabalhada de forma transversal em diversas disciplinas, como Ciências, Geografia, História, Filosofia e até mesmo na Educação Física. Dessa forma, o ensino ambiental se torna uma experiência mais completa e integrada, permitindo que os alunos compreendam os aspectos ambientais de forma mais ampla e conectada com outras questões sociais. Por exemplo, ao estudar os impactos da poluição no meio

ambiente, o aluno pode também explorar os efeitos sociais da degradação ambiental, como a desigualdade no acesso aos recursos naturais, os danos à saúde pública e os deslocamentos forçados de populações (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

Um dos maiores desafios da Educação Ambiental é superar a ideia de que ela é apenas uma questão de ensinar sobre a natureza ou sobre a sustentabilidade. Na verdade, a EA busca transformar a maneira como as pessoas pensam, agem e se relacionam com o ambiente. Para isso, ela precisa envolver os estudantes em práticas que os incentivem a observar a realidade de forma crítica, refletir sobre seus próprios comportamentos e desenvolver soluções criativas para os problemas ambientais. Além disso, é fundamental que a educação ambiental seja inclusiva, respeitando as diferentes realidades culturais, sociais e econômicas dos estudantes, e promovendo a equidade no acesso à educação de qualidade sobre o meio ambiente (Lima et al., 2024).

Outro ponto importante da Educação Ambiental é a sua relação com o desenvolvimento sustentável. A educação ambiental está intimamente ligada ao conceito de sustentabilidade, que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. Dessa forma, a EA busca formar cidadãos que não só compreendam a importância de preservar os recursos naturais, mas que também adotem práticas cotidianas que favoreçam a sustentabilidade, como o uso racional da água e da energia, a redução de resíduos, o consumo consciente e a mobilização por políticas públicas ambientais (Dimas; Novaes; Avelar, 2021).

A implementação da Educação Ambiental nas escolas é uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, os educadores e as comunidades. Para que ela seja eficaz, é fundamental que os professores recebam capacitação adequada, que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras e que haja um compromisso real das instituições em incorporar a questão ambiental em todas as suas atividades. Além disso, é essencial que a educação ambiental seja vista não como um tema isolado, mas como parte de um processo contínuo de formação cidadã que permeia todas as esferas da vida social (Farias Filho; Farias, 2020).

### 2.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, representa uma das maiores reformas na educação básica brasileira. Ela estabelece as diretrizes e os conteúdos que devem ser ensinados nas escolas do país, com o intuito de garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente da região ou da rede de ensino. Dentro dessa perspectiva, a BNCC não apenas busca promover o aprendizado de competências acadêmicas, mas também se alinha com

questões sociais e ambientais que são fundamentais para a formação de uma cidadania crítica e responsável (Farias Filho; Farias, 2020).

A sustentabilidade, como um dos principais desafios globais do século XXI, está inserida na BNCC como um componente transversal, destacando a importância da educação ambiental na formação dos alunos para um futuro mais sustentável. A BNCC tem como um de seus pilares a formação integral dos alunos, ou seja, o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e éticas. Nesse contexto, a sustentabilidade se configura como uma área fundamental a ser trabalhada em várias disciplinas, e a Educação Ambiental surge como uma das principais ferramentas para o cumprimento dessa missão (Grandisoli; Curvelo, 2021).

Ao integrar questões ambientais no currículo, a BNCC visa não apenas sensibilizar os alunos sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente, mas também prepará-los para agir de maneira responsável e consciente, refletindo sobre suas atitudes no cotidiano e seus impactos no planeta. Dentro da BNCC, a sustentabilidade e a educação ambiental são abordadas de forma transversal, permeando diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, nas Ciências, os alunos são incentivados a aprender sobre os ecossistemas, os ciclos naturais, a biodiversidade e os impactos ambientais das atividades humanas (Jaeger; Freitas, 2021).

Já nas Ciências Humanas, o ensino busca conectar a sustentabilidade a questões sociais, econômicas e culturais, promovendo uma reflexão crítica sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente. A Geografia, por sua vez, contribui para o entendimento das dinâmicas ambientais globais, como as mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais, enquanto a Matemática pode ser utilizada para trabalhar com dados sobre consumo e desperdício de recursos. O conceito de sustentabilidade na BNCC está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que propõem uma visão integrada de desenvolvimento que abrange o social, o econômico e o ambiental (Grandisoli; Curvelo, 2021).

A BNCC, ao inserir a sustentabilidade em seu conteúdo programático, proporciona aos estudantes uma base sólida para entender como as questões ambientais estão interligadas com outras esferas da vida, como a justiça social, a equidade e o desenvolvimento econômico. Assim, a educação ambiental na BNCC não se limita apenas à proteção do meio ambiente, mas também está diretamente relacionada ao desenvolvimento de competências que envolvem o engajamento social e o exercício da cidadania (Farias Filho; Farias, 2020).

Além disso, a BNCC enfatiza o papel da educação ambiental no desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia, a solidariedade e a responsabilidade. Essas competências são fundamentais para que os alunos possam compreender e se engajar nas questões ambientais de maneira ética e propositiva. A BNCC sugere que os educadores promovam atividades que estimulem o pensamento crítico e a solução de problemas, utilizando a abordagem de projetos e o

aprendizado ativo, que são métodos eficazes para abordar questões ambientais de forma concreta e contextualizada (Farias Filho; Farias, 2020).

A integração da sustentabilidade na BNCC também é uma resposta à crescente urgência das questões ambientais em nível global, como as mudanças climáticas, a poluição, a perda de biodiversidade e o uso insustentável dos recursos naturais. O modelo de desenvolvimento atual, que prioriza o consumo desenfreado e a exploração dos recursos sem considerar as consequências ecológicas, exige que as novas gerações sejam formadas para repensar essas práticas e buscar alternativas sustentáveis (Grandisoli; Curvelo, 2021).

Nesse sentido, a BNCC, ao incluir a sustentabilidade em seu conteúdo curricular, não apenas cumpre uma função educativa, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, que reconhece a importância da conservação ambiental para o bem-estar coletivo e para as gerações futuras. Ao inserir a educação ambiental como um tema transversal, a BNCC também promove a interdisciplinaridade, ou seja, a conexão entre diferentes áreas do conhecimento (Grandisoli; Curvelo, 2021).

A sustentabilidade não pode ser compreendida de forma isolada, e a BNCC propõe que os professores articulem diferentes saberes, integrando aspectos ecológicos, sociais, políticos e econômicos de maneira a oferecer uma visão mais ampla e crítica das questões ambientais. Essa abordagem amplia as possibilidades de aprendizado e permite que os alunos vejam a complexidade dos problemas ambientais, ao mesmo tempo em que os capacita para buscar soluções inovadoras e colaborativas (Farias Filho; Farias, 2020).

É importante destacar que, embora a BNCC seja um documento nacional, sua implementação nas escolas depende da adaptação dos conteúdos aos contextos locais e regionais, o que torna a educação ambiental ainda mais relevante. O Brasil é um país com grande diversidade ecológica, social e cultural, e é fundamental que a educação ambiental leve em consideração essa pluralidade. A BNCC, ao orientar a abordagem de temas como o uso sustentável da água, a preservação da Amazônia, as questões de resíduos e poluição, entre outros, permite que os educadores adaptem o ensino de acordo com as realidades específicas de cada comunidade, criando um aprendizado mais significativo e contextualizado (Jaeger; Freitas, 2021).

Em termos de práticas pedagógicas, a BNCC sugere o uso de metodologias ativas, como projetos, oficinas e atividades de campo, para envolver os alunos de forma prática no processo de aprendizagem sobre sustentabilidade. Essas abordagens permitem que os estudantes se tornem agentes de mudança em suas próprias comunidades, ao aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de problemas ambientais locais. Além disso, a BNCC estimula o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, análise e reflexão crítica, que são essenciais para que os alunos possam entender a

complexidade das questões ambientais e tomar decisões informadas sobre seu impacto no mundo (Grandisoli; Curvelo, 2021).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a integração da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas perspectivas para a sustentabilidade revela a importância crescente das questões ambientais no currículo escolar brasileiro. Desde a sua implementação em 2017, a BNCC tem sido uma ferramenta fundamental para reorientar a educação básica, promovendo uma formação mais integrada, crítica e voltada para a cidadania. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) surge como um elemento essencial não apenas para o ensino das ciências naturais, mas para o desenvolvimento de uma consciência ecológica abrangente e transformadora, que atravessa diversas áreas do conhecimento.

A BNCC, ao tratar a sustentabilidade como um tema transversal, permite uma abordagem interdisciplinar das questões ambientais, conectando os alunos não apenas com os aspectos biológicos e ecológicos do meio ambiente, mas também com os desafios sociais e econômicos associados a esses temas. Ao enfatizar a interligação entre ecologia, economia, sociedade e cultura, a BNCC oferece uma base sólida para que os estudantes desenvolvam uma compreensão holística da sustentabilidade, entendendo que as ações humanas estão diretamente relacionadas aos impactos no meio ambiente e, conseqüentemente, à qualidade de vida das gerações futuras. Isso torna a EA um dos pilares para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e atuantes no enfrentamento dos desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a escassez de recursos naturais.

Além disso, a inclusão da sustentabilidade na BNCC evidencia um movimento pedagógico que visa preparar as novas gerações para um mundo cada vez mais interconectado, complexo e repleto de desafios ambientais. Nesse cenário, a BNCC propõe não apenas a transmissão de conhecimento, mas a formação de competências para que os alunos possam agir de maneira propositiva e ética, desenvolvendo atitudes responsáveis e comprometidas com o cuidado do planeta. A transversalidade da Educação Ambiental nas diversas áreas do conhecimento, como Ciências, Geografia, História, e até mesmo nas Artes e nas Ciências Sociais, reforça a ideia de que a sustentabilidade deve ser entendida de maneira integrada e multifacetada, sem limitações de áreas ou disciplinas.

Porém, para que a integração da Educação Ambiental seja efetiva, é imprescindível que a implementação da BNCC seja acompanhada por um processo de capacitação contínua dos educadores, garantindo que eles possuam não apenas o conhecimento técnico necessário sobre os temas ambientais, mas também a habilidade de aplicar metodologias pedagógicas inovadoras, como o ensino por projetos, atividades de campo, debates e dinâmicas interativas. A formação de professores é um dos maiores desafios nesse processo, pois a abordagem crítica e transformadora da Educação Ambiental

exige um esforço constante de atualização, reflexão e adaptação ao contexto local e às especificidades de cada comunidade escolar.

Outro ponto relevante é a necessidade de uma articulação entre as escolas e as políticas públicas, as comunidades e as organizações não governamentais, para que a Educação Ambiental não seja apenas um tema pontual ou limitado ao ambiente escolar, mas faça parte de uma mudança estrutural na sociedade. As escolas podem ser um ponto de partida para a construção de uma cultura mais sustentável, mas essa mudança precisa ser ampliada para a família, a comunidade e os espaços urbanos e rurais, de forma a criar uma rede de conscientização e ação pela sustentabilidade.

A pesquisa também destaca que a educação ambiental não deve se limitar a um aprendizado teórico sobre as questões ambientais, mas deve ser praticada no cotidiano escolar. Projetos que envolvem a gestão de resíduos, o reaproveitamento de materiais, o cultivo de hortas escolares, a utilização de energias renováveis, entre outras ações concretas, são oportunidades valiosas de aprendizagem prática e vivencial. A implementação dessas práticas, no entanto, exige apoio institucional e recursos, além de um comprometimento contínuo de todos os envolvidos no processo educativo.

Em síntese, a inclusão da Educação Ambiental na BNCC é uma iniciativa de grande relevância para a formação de uma sociedade mais sustentável e equilibrada. Ela não apenas contribui para a conscientização ambiental dos alunos, mas também fortalece o papel da escola como um espaço de formação integral, onde se desenvolvem não apenas habilidades cognitivas, mas também valores éticos e sociais, como a empatia, a solidariedade e a responsabilidade ambiental. Ao promover a sustentabilidade como um dos eixos centrais da educação, a BNCC contribui para a construção de um futuro em que as gerações vindouras possam viver em um planeta mais equilibrado, saudável e justo.

Assim, a pesquisa evidencia que, embora a BNCC tenha avançado consideravelmente ao integrar a sustentabilidade e a Educação Ambiental no currículo escolar, é necessário um esforço contínuo de implementação, adaptação e avaliação dessas práticas nas escolas, para que se cumpram os objetivos de formação de cidadãos críticos e conscientes. Esse é o caminho para transformar a educação brasileira em uma ferramenta poderosa para o enfrentamento dos desafios ambientais que, cada vez mais, exigem uma ação coletiva e global.



## REFERÊNCIAS

DIMAS, M. de S.; NOVAES, A. M. P.; AVELAR, K. E. S. O ensino da Educação Ambiental: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 501–512, 2021.

FARIAS FILHO, E. N.; FARIAS, C. R. O. Duas décadas da Política Nacional de Educação Ambiental: percepções de professores no contexto de uma escola pública de Pernambuco. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 101, n. 258, p. 481-502, maio/ago. 2020.

GRANDISOLI, E.; CURVELO, E. C. .; NEIMAN, Z. Políticas públicas de Educação Ambiental: História, formação e desafios. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, [S. l.], v. 16, n. 6, p. 321–347, 2021.

JAEGER, A. P.; FREITAS, E. M. de. Prática de Educação Ambiental: percepção de professores do ensino fundamental de escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 23–34, 2021.

LIMA, L. A. O. et al. Sustainable Management Practices: Green Marketing as A Source for Organizational Competitive Advantage. *RGSA (ANPAD)*, v. 18, p. 1, 2024. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n4-087>

LIMA, L. A. O. et al. The Influence of Green Marketing on Consumer Purchase Intention: a Systematic Review. *RGSA (ANPAD)*, v. 18, p. e05249-11, 2024. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n3-084>